

Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino

Valdei Lopes de Araujo*

Resumo: Neste artigo é apresentado um panorama dos significados e variedade da escrita da história no Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Demonstrar-se que a chegada da família real em 1808 serviu como estímulo para o desenvolvimento de novas formas de compreender a história local, em especial pela produção de narrativas ilustradas. Estas narrativas teriam depois um importante papel no debate instaurado com o processo de Independência.

Palavras-chaves: historiografia, narrativas, identidade

Abstract: This article examines the meanings and varieties of the writing of history in Brazil during first decades of 19th century. We demonstrate that the arrival of the Portuguese Royal family in 1808 stimulated the development of new enlightened narratives to understand the Brazilian history. These same enlightened narratives will play a central role during the debates concerning Brazilian independence in 1822.

Keywords: historiography, narratives, identity

I. 1808: discurso histórico e aceleração do tempo

As primeiras décadas do século XIX no Brasil foram marcadas por uma notável aceleração do tempo histórico. O mundo luso-brasileiro precisou articular as grandes rupturas na experiência da história que os acontecimentos revolucionários deixaram como legado. Já no Setecentos, o discurso sobre o passado rompera com suas formas clássicas, sem com isso abandonar completamente seus protocolos e gêneros de representação. Neste ensaio, pretendemos mapear os significados das formas de representação dos eventos históricos no Brasil das primeiras décadas do Oitocentos, discutindo particularmente, ainda que de forma preliminar, dois deles, a História Geral e a Memória.

A chegada da família real serviu como um poderoso catalizador para as narrativas ilustradas que já freqüentavam o discurso letrado luso-brasileiro há algumas décadas.¹ Por

* Professor de História da Historiografia na Universidade Federal de Ouro Preto. Membro do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade – NEHM. Pesquisador do Projeto Temático Formação do Estado e da Nação, coordenado pelo Prof. István Jancsó – USP. Bolsista do Programa Pesquisador Mineiro, da Fapemig. Este trabalho contou com o apoio do CNPq, através de financiamento pelo edital de Ciências Humanas no. 502006.

1 Cf. KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos:** historiografia acadêmica Luso-brasileira. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 214-5 e PIMENTA, João Paulo G. & ARAUJO, Valdei Lopes de. História - 1750-1850. **Ler**

narrativas ilustradas entendemos os relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo da atividade humana, sem ainda reuni-los em um conceito singular de progresso geral da sociedade.² A transferência da Corte foi imediatamente interpretado como a ruptura com um tempo velho e a abertura de uma nova época. Assim, podemos dizer que o ano de 1808 já nasce como um evento de reconhecida importância histórica. A transformação de um acontecimento em fato histórico no interior de uma narrativa serve, entre outras coisas, para administrar seu caráter ameaçador. Ou ele é identificado com um evento do passado a partir do qual seu futuro pode ser antecipado, ou é disposto em uma cadeia de acontecimentos que lhe serve de contexto e permite prever seus desenvolvimentos. Essas duas formas, uma antiga e outra moderna, eram articuladas para explicar o evento 1808, embora seu ineditismo, por muitos atores salientado, exigisse narrativas processuais, já que no passado nada similar poderia ser encontrado ao qual pudesse ser comparado.

Assim, o discurso histórico que simultaneamente acompanha os eventos a partir de 1808 é uma tentativa de determinar o desenvolvimento futuro de um fato que todos sabiam único, e, por isso, não redutível ao passado entendido como exemplo. Para contar essas histórias, o mundo luso-brasileiro tinha já disponível um conjunto de narrativas que enfatizavam a idéia de melhoramentos e progressos: fosse das ciências ou letras, na arquitetura ou nos costumes. Muito mais que uma constatação, as narrativas ilustradas sobre a chegada da corte procuravam tramar o evento em uma cadeia explicativa. Nesse ponto os dois lados do Atlântico português começavam a divergir, pois o mesmo evento tinha significados progressivamente conflitantes e invertidos. A desgraça dos portugueses em Portugal era o início de uma nova era para os portugueses do e no Brasil.³

Junto com a corte aportava a necessidade de abrigar uma nova dimensão de historicidade. A realeza trazia consigo outra dignidade histórica, bem como uma nova

História. (Lisboa), v. 55, p. 83-96, 2008. Embora ainda seja muito reduzida, tem se ampliado a bibliografia sobre a escrita da história no Brasil antes da criação do IHGB, cito apenas alguns exemplos: CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. **História Unisinos**, v. 11, p. 306-312, 2007, MEDEIROS, Bruno Franco. "Das causas da emancipação: Alphonse Beauchamp e a Independência do Brasil". In Sérgio da Mata; Helena Mollo & Flávia Varella. **Anais do 2o. Seminário Nacional de História da Historiografia**. Mariana: UFOP, 2008 e VARELLA, Flávia Florentino. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. **Almanack Braziliense**, no. 8, Novembro de 2008, pp. 117-126, DINIZ, Bruno. "Linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)". In Sérgio da Mata; Helena Mollo & Flávia Varella, *op. cit.*, além do trabalho de Cristiane A. C. dos SANTOS, citado mais adiante neste ensaio.

2 Para a definição de narrativas ilustradas, ver POCOCK, John G. A. **Barbarism and religion: narratives of civil government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 289-290.

3 Para um estudo de caso desse processo de divergência de interesses entre Brasil e Portugal, e seu impacto na experiência da história, ver ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**, primeira parte, onde acompanho a trajetória de José Bonifácio de Andrada e Silva.

perspectiva de unificação da história brasileira. O gênero história já estava sendo amplamente utilizado desde o século XVIII português para legitimar uma nova forma de autoridade real, mais centralizada, racional e universalista. O projeto da Academia das Ciências de Lisboa evidenciava a importância da historiografia no novo cenário político e social. Na América, essa tradição tinha o desafio de recolonizar discursivamente um tempo e um espaço geográfico inéditos, ao menos do ponto de vista da centralidade que repentinamente essa região do planeta adquiria. Deslocados da margem ao centro da história, em um momento no qual essas categorias tornavam-se cada vez mais relevantes, escritores como Hipólito José da Costa, José da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Luis Gonçalves dos Santos, José Pizarro Araujo, Balthazar da Silva Lisboa, dentre outros, registravam animadamente a história contemporânea que o rei com sua presença trazia ao Brasil e enraizavam em solo americano uma novas variedades de linguagem historiográfica. De que modo faziam isso, e quais seus resultados, é um dos pontos que discutiremos a seguir.

II. Variedade da escrita da história e o projeto da História Geral

A ampliação do espaço público, suas transformação, e o novo papel que a imprensa passou a ocupar na luta política são alguns elementos estruturantes que ajudam a entender o alargamento do impreso tanto em sua dimensão de produção, quanto de circulação (MOREL, 2005, *passim*). A aceleração dos eventos, as grandes transformações político-sociais e especialmente a emergência de novos sujeitos políticos e sociais exigiam formas mais eficientes de comunicação e legitimação dos governos. Com o texto de história não seria diferente, verificamos nessa primeira metade do século uma multiplicação de escritores e escritos sobre o passado. A vontade crescente de conhecer a história impressiona, seja para controlar o futuro ou para guardar a fama dos grandes homens e eventos. A ausência de modelos institucionais que pudessem disciplinar essa escrita resultou em uma variedade impressionante de gêneros, projetos e protocolos de pesquisa e exposição. Formas antigas e novas conviviam em um mesmo autor. Essa variedade talvez fosse a característica mais marcante da escrita da história nas primeiras décadas do século XIX no Brasil. Tentemos então lançar um rápido olhar por essa multiplicidade procurando identificar algumas linhas gerais que talvez nos permitam compreendê-la um pouco melhor.

Para o período estudado, o conhecimento histórico poderá se apresentar em memórias, corografias, anais, efemérides, crônicas, biografias, elogios acadêmicos, panegíricos,

deduções cronológicas, notícias, resenhas, ensaios, compêndios, resumos de história, discursos históricos, poemas, relatos de viagem, relatórios e relações, artigos jornalísticos e história propriamente dita, além de outras pequenas variações. Era comum que no interior de uma mesma obra vários subgêneros fossem reunidos, de acordo com as possibilidades de pesquisa, funções do relato e talento do autor. Esse traço híbrido, bastante antigo na historiografia portuguesa — já podemos encontrá-lo nas crônicas de Fernão Lopes (GIANEZ e ARAUJO: 2006, 1-20), permitia que o autor adaptasse a forma da escrita ao conteúdo do que era narrado. No interior de uma história eclesiástica podemos encontrar um panegírico real, uma narrativa ilustrada, ou o elogio de um chefe militar. Esse hibridismo era reforçado, algumas vezes, pelos protocolos bastante flexíveis de uso da citação. Não era infrequente que no meio da narrativa o autor transcrevesse páginas e páginas de algum documento de época, podendo provocar no leitor certa confusão quanto ao tempo narrado, relativizar a autoria e produzir um efeito testemunhal no relato.

Uma classificação que pode nos ajudar a entender esse universo é a identificação de duas tendências organizadoras do discurso sobre o passado, uma que podemos reunir em torno do projeto de uma *História Geral* e outro em torno da tarefa de uma *História Natural*. Não se trata de dois tipos opostos, mas de dois projetos globais distintos de conhecimento que embora se entrecruzem em alguns momentos, não podem ser completamente reduzidos a uma matriz comum. Até certo ponto podemos dizer que esses dois projetos surgem como alternativas às antigas Histórias Universais, cuja fundamentação religiosa permitia totalizar a realidade dos acontecimentos, sem se importar com as divisões entre cultura e natureza ou civil e religioso.⁴ Para facilitar a exposição gostaríamos de propor a seguinte tabela (até os anos de 1840):

4 Essa dissolução da História Universal já pode ser percebida em Bluteau. Cf. Pimenta & Araujo *Op. cit.*, p. 83.

Programas de Investigação até 1840		
	História Natural	História Geral
Subgêneros principais	Corografia, Memória científica	Memórias, Anais, História particular e especial
Objetos privilegiados	Costumes, mundo natural, tradições	História Política e Civil
Dimensão de análise	Espaço	Tempo
Formato	Descrição	Narrativa
Protocolos	Científico e enciclopédico	Decoro moral, retórico e literário

Não é nossa intenção reduzir aquela complexa realidade a uma tipologia fechada, a classificação proposta serve apenas para nos ajudar a pensar essa variedade. No entanto, acreditamos que boa parte desses escritos sobre o passado podem ser reconhecidos em um desses dois projetos, não excluindo a existência de sobreposições e mesclas. O que gostaria de afirmar é que até o começo da década de 1840 no Brasil a produção de conhecimento sobre os eventos pode ser articulada em torno de duas grandes matrizes. O de uma História Geral e o de uma História Natural. Ao longo do século XIX essas matrizes sofrerão uma espécie de desagregação, sendo substituídas por *novos programas disciplinares*. Aqui nos interessa descrever mais detalhadamente o programa da História Geral, que teve conseqüências mais diretas para a formação de uma historiografia sobre o Brasil, especialmente aquela produzida no período joanino.

O projeto de uma *História Geral* assume enfaticamente o legado do modelo de uma escrita da história clássica, ou seja, é nele que deverão ser tratados os grandes eventos da história política. Ele sofrerá adaptações com a emergência de um programa ilustrado de investigação, que estará em busca das grandes causas das transformações históricas, o que na época era chamado de uma *história pragmática e filosófica*, mas guardará em seu interior formas mais antigas como as biografias, elogios, histórias especiais e particulares. Ao se referirem a uma História Geral os autores querem dizer basicamente duas coisas: (1) uma história redigida com o decoro clássico, com certa qualidade literária e retórica, capaz de ensinar e orientar; bem como (2) uma história que revele as causas que movem o processo

histórico. A dimensão cronológica tende a ser o eixo principal de organização do material, embora, nesse momento haja uma preponderância de formas bastante mecânicas de organização, o que vai ficar documentado na importância das deduções cronológicas, anais e outros subgêneros que tinham como função a organização temporal dos eventos.⁵

No que se refere aos objetos tratados, o projeto da História Geral tem a pretensão de esgotar o repertório de temas, mas com um claro privilégio para os de dimensão política. Nessa rubrica incluímos tanto as descrições de guerras e conflitos, a evolução administrativa e a história da sociedade civil e religiosa, embora essa última, objeto de um subgênero próprio, entrará apenas na medida em que estiver articulada com o eixo principal de investigação. A descrição dos costumes encontrará também espaço, assim como os panoramas geográficos, mas bastante marginais no quadro geral dos projetos. Embora aqui também caiba a ressalva da história filosófica, que podia tomar como eixo central de investigação as leis ou os costumes, sem, no entanto, assumir o caráter sistemático e exaustivo próprio das corografias ou memórias científicas.

A preponderância da diacronia nessa matriz explica igualmente sua preferência pela narrativa como forma de exposição. Entretanto, a qualidade e a abrangência dessas narrativas serão bastante diversas. O trabalho de estabelecimento de datas não garantia por si só a narrativa, muitas vezes o relato ficava literalmente enclausurado no interior de “quadros”, fossem eles formados, muito freqüentemente, pelas sucessivas dinastias, ou por episódios especialmente relevantes, como as histórias de Silva Lisboa dedicadas às campanhas de Lord Wellington ou mesmo aos “Benefícios políticos de D. João VI”. A ausência de informações, os grandes vazios factuais ainda comuns nas cronologias, era igualmente uma dificuldade real para a narrativa historiográfica no período. O que podemos observar é uma profunda reformulação das exigências para a escrita da história, que embora não eliminem as referências clássicas, morais e retóricas, não se satisfazem mais com elas, exigindo um tipo novo de combinação entre erudição e síntese narrativo-explicativa. Para escrever esse novo tipo de história, era preciso um novo escritor.

Entre o final do século XVIII e início do XIX a figura do historiador ganhará uma dimensão cada vez mais importante. Ele não poderia ser mais o simples cronista ou o moralista preocupado em edificar com os exemplos, nem mesmo o filósofo abstrato. O tipo

5 Como propôs Jack Greene para outro universo, aqui também podemos imaginar certa evolução estrutural desse material, desde descrições meramente espaciais e levantamentos sistemáticos do passado factual até a formação de discursos de fundação identitária. Cf. GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. *Almanack Braziliense*, No. 4, Novembro 2006, pp. 12-14.

moderno do historiador surgia lentamente, resultado de uma combinação de elementos antigos e modernos, sem que houvesse ainda um modelo institucional claramente definido para acolhê-lo. No Brasil joanino, o historiador tanto poderia ser o jornalista-filósofo, letrado semi-independente com relação ao Estado, quanto o funcionário público, embora esse já em um perfil distinto daquele do Antigo Regime. Entre esses dois pólos, toda uma variedade de situações poderá ser identificada, embora com clara preponderância de homens com maior ou menor vínculo com a gestão Estado. A história que escreviam estava, em grande medida, comprometida com um projeto de reforma interna do Estado, por isso a crise da Independência será um momento altamente problemático para esses homens e a escrita da história.⁶

III. Robert Southey e a História Geral como história da civilização no Brasil

Esse grande projeto de uma História Geral encontraria na publicação em 1810 do primeiro volume da História do Brasil de Southey sua grande realização.⁷ A obra de Southey representava o ponto alto de certa linha do programa do reformismo luso-brasileiro em seu diálogo com a ilustração Britânica. Sabemos que desde a publicação pelo Abade Raynal de sua crítica às relações coloniais, que linhas mais conciliadoras de interpretação dessas relações vinham sendo construídas. Autores como o Abade De Pradt estavam no centro desses empreendimentos, procurando conceber o inevitável divórcio entre Europa e América como algo potencialmente amigável, domesticado pela metáfora de um crescimento natural.⁸ Certamente a obra de Southey é a primeira grande realização historiográfica nessa linha interpretativa, embora no autor inglês não haja apenas a idéia de uma naturalização dos portugueses na América, mas o relato da formação da civilização no Brasil. Southey

6 Estudando o caso Britânico no final do século XVIII, Pocock diferenciará a escrita da história de homens como Hume, claramente inseridos em uma República das Letras ilustrada, e com certa autonomia em relação ao Estado; e autores como William Robertson, Adam Ferguson, Adam Smith, dentre outros, que escreviam história a partir de posições no interior do Estado, comprometidos com um programa interno de reformas. Cf. POCOCOK, John. *Op. cit.*, pp. 266-267.

7 O clássico livro de Maria Odila permanece sendo o melhor material que temos disponível em português sobre a concepção historiográfica de Southey. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **O fardo do homem branco**, Southey, historiador do Brasil: um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre. São Paulo: CEN, 1974.

8 Cf. Dominique Georges Frédéric De Pradt. **Les trois Âges des colonies ou de les état passé, present et avenir**. Paris : Giguet et cie, 1801-1802. O autor afirma da introdução que o texto começou a ser redigido em 1800, uma de suas motivações declaradas é justamente a revisão das críticas do Abade Raynal à colonização europeia. O filtro imposto por De Pradt ao texto de Raynal terá profundas repercussões em nosso processo de independência, aparecendo em periódicos como o Revérbero Constitucional Fluminense. Cf. SANTOS, Cristiane A. C. dos. A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822). **Almanack Braziliense**, no. 8, novembro de 2008, pp. 109-116.

demonstra como a cultura portuguesa foi se enraizando e se adaptando às condições locais, demonstra o papel central e positivo dos jesuítas como força civilizatória. Assim, já no segundo volume, publicado em 1817, termina a descrição das invasões holandeses demonstrando como no Brasil um certo padrão civilizacional já estava constituído, padrão esse, naturalmente, derivado da matriz lusitana. No relato de Southey, a língua e a religião (especialmente pela atuação exemplar dos Jesuítas) já aparecem como as duas principais forças históricas em ação na colonização brasileira:

Por outro lado a reconquista de Pernambuco deixou Portugal na indisputada posse duma das mais extensas e favorecidas regiões do mundo, de um império que em todas as imagináveis circunstâncias de desgoverno tem continuado a crescer em população e indústria, que progride agora rapidamente, e que, sejam quais forem as revoluções por que esteja destinado a passar, ficará sempre sendo o patrimônio dum povo português, que fale a língua de Fernão Lopes, de Barros, de Camões e de Vieira. (SOUTHEY, 1981, 150)

A idéia de uma refundação brasílica da monarquia portuguesa, que circulava nas mentes de britânicos e luso-brasileiros, encontraria em Southey sua grande realização textual. Não devemos pensar em uma transmissão mecânica do modelo de Southey para o mundo luso-brasileiro, mas entender sua realização como possível apenas nessa triangulação cultural: Brasil/Portugal/Grã-Bretanha que permitirá 1808 e será por esse evento profundamente amplificada.

Concluimos assim que do ponto de vista da escrita de uma história filosófica do Brasil, 1808 é o evento que articula o legado do reformismo e o projeto, atualizando-o como possibilidade real de entendimento e orientação do processo histórico em curso. Esse projetar pode ser claramente mapeado na historiografia e na cultura histórica a partir daí produzidas. José da Silva Lisboa, José Bonifácio, Hipólito José da Costa, Luis Gonçalves dos Santos, Monsenhor Pizarro e Balthazar da Silva Lisboa, além de estrangeiros como Beauchamp, Beaumelle e Ferdinand Denis, seriam alguns dos principais nomes dessa tradição historiográfica em terras brasileiras até os anos de 1830.

Bibliografia citada

- ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucite, 2008.
- CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. **História Unisinos**, v. 11, p. 306-312, 2007.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **O fardo do homem branco**, Southey, historiador do Brasil: um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre. São Paulo: CEN, 1974.

- DINIZ, Bruno. “Linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)”. In Sérgio da Mata; Helena Mollo & Flávia Varella. **Anais do 2o. Seminário Nacional de História da Historiografia**. Mariana: UFOP, 2008.
- DE PRADT, Dominique Georges Frédéric. **Les trois Âges des colonies ou de les état passé, present et avenir**. Paris : Giguet et cie, 1801-1802.
- GIANEZ, Bruno & ARAUJO, Valdei Lopes de. A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. **Fênix** (Uberlândia), v. 3, p. 1-20, 2006.
- GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. **Almanack Braziliense**, No. 4, Novembro 2006, pp. 12-14.
- KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica Luso-brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS, Bruno Franco. "Das causas da emancipação: Alphonse Beauchamp e a Independência do Brasil". In Sérgio da Mata; Helena Mollo & Flávia Varella. **Anais do 2o. Seminário Nacional de História da Historiografia**. Mariana: UFOP, 2008.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- PIMENTA, João Paulo G. & ARAUJO, Valdei Lopes de. História - 1750-1850. **Ler História**. (Lisboa), v. 55, p. 83-96, 2008.
- POCOCK, John G. A. **Barbarism and religion: narratives of civil government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SANTOS, Cristiane A. C. dos. A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822). **Almanack Braziliense**, no. 8, novembro de 2008, pp. 109-116.
- SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Traduzida por Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1981. Vol. 2, p. 150.
- VARELLA, Flávia Florentino. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. **Almanack Braziliense**, no. 8, Novembro de 2008, pp. 117-126.